

GT 8 - Imperialismo e conflitos internacionais

Dependência e aquiescência: a política externa brasileira no governo Bolsonaro (2019-2020)

Gabrielly Almeida Santos do Amparo¹

Resumo

Este artigo propõe-se a compreender como a política externa adotada pelo governo Bolsonaro (2019-2020) subordina e reforça a dependência brasileira frente ao imperialismo estadunidense. Parte-se da ideia de que houve reconfiguração no bloco do poder e de que o presidente Jair Bolsonaro estaria agindo como um representante da burguesia, sobretudo sua fração associada. Inicialmente o artigo abordará a questão do imperialismo e da dependência, para então trazer reflexões sobre autonomia e aquiescência ao longo da política exterior do Brasil. Por fim, o artigo contextualiza a política externa bolsonarista, analisando de que forma ela eleva a dependência do Estado brasileiro.

Palavras-chave: Bolsonaro; política externa; dependência; aquiescência; imperialismo.

Introdução

A postura autonomista e revisionista do Estado brasileiro frente ao sistema internacional, presente nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2010-2016), deu lugar à aquiescência após o Impeachment de 2016. Com a eleição de Jair Messias Bolsonaro à presidência, em 2018, a política externa brasileira sofre realinhamentos, aprofundando a subordinação do Brasil aos Estados Unidos da América (EUA), retomada pela “política externa decadente” (REIS; BERRINGER, 2019) do governo Temer (2016-2018), sobretudo em relação ao governo de Donald Trump (2016-2020).

Neste sentido, este artigo propõe-se a compreender como a política externa adotada pelo governo Bolsonaro (2019-2020) subordina e reforça a dependência brasileira

¹ Professora de Relações Internacionais da Universidade Paulista (Unip), doutoranda em Economia Política Mundial pela Universidade Federal do ABC (UFABC), mestra em Ciências Humanas e Sociais e bacharela em Relações Internacionais. Integrante dos grupos de estudo “Política Externa e classes sociais” e “Neoliberalismo e relações de classe no Brasil”. Contato: gabriellyamparo@gmail.com.

frente ao imperialismo estadunidense. Parte-se da hipótese de que houve crise de hegemonia no bloco no poder e, conseqüentemente, alterou-se a fração hegemônica, implicando, assim, na alteração da orientação da política externa. Para isso, baseando-se em uma análise poulantziana, abordaremos a questão da dependência, relacionando-a com as questões de classe e frações de classe, para depois trazer reflexões sobre a autonomia e a aquiescência na política exterior do Brasil. Por fim, contextualizaremos a política externa no governo Bolsonaro, analisando de que forma ela eleva a dependência do Estado brasileiro.

A dependência no modelo capitalista neoliberal

A relação de dominação e dependência entre Estados, baseada no desenvolvimento desigual entre eles, em que predominam as exportações de capitais e de mercadorias, impulsionadas pelos grandes monopólios, caracteriza o que para Poulantzas (1977) seria o imperialismo. Assim, não basta que os antigos povos coloniais tenham proclamado independência, é necessário que haja independência econômica e política reais diante das pressões diplomáticas e intervenções políticas dos Estados centrais.

Neste sentido, de acordo com Fiori (1995) e Saes (2001), é possível apontar três tipos de dependência ao longo da trajetória das formações sociais capitalistas dependentes: a antiga dependência, a “nova dependência” e a “novíssima dependência”. Na antiga dependência, correspondente ao modelo capitalista agrário-exportador, os Estados dependentes forneciam matéria-prima às potências imperialistas, em troca de investimentos em infraestrutura. A “nova dependência”, por sua vez, está associada ao modelo capitalista de substituição de importações, no qual a importação de capital externo, pela instalação de filiais de multinacionais e pelos investimentos nos “novos segmentos industriais”, era tida como condição básica para a industrialização nas economias dependentes (MARTUSCELLI, 2018).

Já a “novíssima dependência” corresponde ao modelo capitalista neoliberal, no qual os Estados dependentes são levados a acreditar, pelo discurso imperialista, que eles devem atrair investimentos externos para, assim, promover o desenvolvimento interno, porém, na prática, os Estados dependentes não têm garantia de que isso ocorrerá de fato

(MARTUSCELLI, 2018). Desta forma, conforme aponta Marini (2000, p. 119), a exploração internacional não precisa mais usar a violência política ou militar para explorar a periferia, basta garantir a reprodução das relações econômicas de atraso e subordinação para perpetuar sua dependência.

A reprodução induzida do capital externo nas formações sociais periféricas após a Segunda Guerra Mundial sob a hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA), apesar de não abalar a estrutura dos Estados, altera o fracionamento de classes e as relações das frações com o capital externo (POULANTZAS, 1972). Para Poulantzas (1972; 1977), o Estado mantém a ordem e garante o funcionamento de uma formação social específica em que uma ou mais classes dominam enquanto outras são dominadas, sob a predominância do modo de produção capitalista. Assim, o Estado, simultaneamente, dá suporte às relações sociais de produção capitalistas e organiza as relações sociais para garantir a dominação da burguesia.

Conforme afirma Poulantzas (1977), a burguesia é dividida em frações, em aglutinações temporais e/ou conjunturais que se formam e se dissolvem a partir dos efeitos gerados pela política estatal, pelas ações e posições das classes sociais e pela conjuntura política e econômica internacional. Considerando sua relação e seus posicionamentos político e ideológico com o capital externo, em um Estado dependente a burguesia divide-se em industrial, comercial e financeira. Já no segundo caso, que adotaremos para a pesquisa, segmenta-se em compradora – ou associada –, nacional e interna. (POULANTZAS, 1977).

A burguesia compradora (associada), constituída pela oligarquia dos grandes proprietários de terras e setores bancários, financeiros e comerciais, tem seus interesses subordinados ao imperialismo, comporta-se como agente deste capital e não tem base de acumulação própria (POULANTZAS, 1978, p.76-77). Já a burguesia nacional, fração autóctone, possui base de acumulação própria e, por isso, apresenta uma autonomia política e ideológica frente ao capital imperialista, podendo aliar-se com as classes dominadas e adotar postura anti-imperialista e/ou envolver-se na luta de libertação nacional (idem). Por sua vez, a burguesia interna, principalmente industrial, nascida na

nova fase do imperialismo em que a industrialização se tornou dependente dos países periféricos, apesar de ter base de acumulação própria, é dependente do capital externo, mantendo, simultaneamente relações com o capital imperialista e limitando sua presença no mercado interno (POULANTZAS, 1977, p. 34-35).

As classes e frações de classe politicamente dominantes formam uma unidade contraditória, o bloco no poder. Por ser formado por classes e frações de classe com diferentes interesses particulares e por vezes conflitantes, a unidade do bloco corresponde a sacrifícios mútuos das frações, a fim de construir uma unidade relativa; porém, os interesses específicos permanecem, gerando uma rivalidade constante dentro do próprio bloco. Como as frações tendem a se dissolver de acordo com as mudanças conjunturais, o bloco não é permanente, ele tende a se reconfigurar de acordo com o contexto político e econômico. Apesar dos interesses de diferentes classes e frações coexistirem, no interior do bloco forma-se uma fração hegemônica, que nem sempre é a mais lucrativa, mas a que mais influencia as políticas governamentais e que mais se beneficia destas (POULANTZAS, 1977, p. 215).

Essas frações da burguesia vêm se alternando na hegemonia do bloco no poder nos governos brasileiros, influenciando e determinando as premissas e ações de políticas governamentais. Conforme aponta Berringer (2015), o bloco no poder também influencia na política externa adotada pelo Estado brasileiro.

Política Externa Brasileira: entre a dependência e a autonomia

Considerada um dos temas mais abordados pelos analistas de política externa brasileira, a autonomia, no seu sentido político, é a capacidade do Estado de tomar decisões com base em objetivos e necessidades próprias e de controlar processos externos de forma independente, sem influência ou constrangimentos (RUSSELL; TOKATLIAN, 2000, p. 2). Seu grau percorre extremos opostos, a total dependência de um lado e a completa autonomia de outro, de acordo com as capacidades do Estado e circunstâncias externas.

Diferente da visão amplamente propagada pelo *mainstream* da área, Maria Regina Soares de Lima (2018) aponta que a continuidade da política externa brasileira não se dá

pela busca pela autonomia, presente apenas em alguns momentos de descontinuidade ao longo da trajetória dependente do Estado brasileiro. A autora sugere que grande parte da política externa brasileira teria orientação aquiescente e não autonomista, pois, para considerar uma política externa como autonomista é imprescindível apresentar caráter revisionista, ambição de protagonismo internacional, contestar regras globais, tornar-se ativo, apresentar visão geopolítica de longo prazo e alianças e integração com Estados do Sul global² (LIMA, 2018).

Como a orientação condicionada aos EUA marca a trajetória internacional brasileira (americanismo), apresentando poucos momentos de diversificação de parcerias (globalismo), Lima (1994) e Leticia Pinheiro (2000) dividem a política externa brasileira em momentos de americanismo e de globalismo, prevalecendo o primeiro. O americanismo pode ser classificado em pragmático, predominantemente instrumental e alinhado estrategicamente aos EUA, ou em ideológico, com traços de idealismo, partindo da ideia de que há convergência ideológica entre Brasil e EUA (PINHEIRO, 2000). Assim, apesar de o americanismo significar dependência em relação aos EUA, quando ele tem contornos pragmáticos não é tão aquiescente como quando apresenta conotação ideológica, ou seja, ainda que fortemente dependente, o americanismo pragmático apresenta maior margem de manobra estratégica e, conseqüentemente, de autonomia (MOURA, 1980; HIRST, 1996).

Considerando que classes e frações de classe inferem sobre política externa, o que determinará a orientação de uma política exterior serão os interesses presentes no seio do bloco no poder. Nos governos Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), sob a hegemonia da burguesia interna, vivenciou-se uma política externa ativa e autônoma, marcada pela autonomia pela diversificação, por políticas de revisionismo e confrontando, adotando, por vezes, postura contrária aos EUA (BOITO JR; BERRINGER, 2013; BERRINGER, 2015). Manteve-se, contudo, uma subordinação conflitiva com o imperialismo, já que a

² O que ocorreu apenas a Política Externa Independente (Jânio/Jango) e a política externa ativa e autônoma (Lula) seriam autonomistas (LIMA, 2018). Ambas as políticas apresentaram componentes anti-hegemônico e parcerias estratégicas com Estados do Sul e ambos foram confrontados e encerrados por forças conservadoras.

burguesia interna precisava “da proteção e do apoio do Estado para concorrer com o capital externo, mas não podia – e nem queria - confrontar o imperialismo abertamente” (REIS; BERRINGER, 2019). Todavia, a partir de 2016, a autonomia, que finalmente parecia ser algo além de um desejo³, voltou a ser apenas a utopia de um Estado dependente.

Dependência e aquiescência na política externa bolsonarista (2019-2020)

Após o impeachment de 2016, quando a presidenta Dilma é destituída da presidência da República, ocorrem realinhamentos na política externa brasileira, aprofundando uma estrutura produtiva dependente, tornando o Estado ainda mais vulnerável economicamente. A alteração da estratégia e das prioridades da política externa de Temer (2016/2018) para uma posição mais decadente deteriorou as possibilidades de desenvolvimento no médio e longo prazo, aumentando a dependência diante ao imperialismo (REIS; BERRINGER, 2019). Desses realinhamentos, alguns foram reforçados por Bolsonaro (2019-2020), que aprofundou ainda mais a reorientação da política externa, principalmente quanto à sua subordinação aos EUA e sobretudo em relação ao governo de Donald Trump (2016-2020).

Com a eleição de Jair Messias Bolsonaro à presidência do Brasil, em 2018, a tríade estratégica do governo para a inserção internacional brasileira passou a ser composta pelo fundamentalismo religioso – que se traduz na defesa de Deus e da fé cristã –, pelo “nacionalismo” – que se traduziria na defesa da Nação e da soberania do Estado – e pelo antiglobalismo – que se traduz tanto no ódio ao comunismo, como na defesa de uma Nação forte e soberana. Essa estratégia reproduz o discurso proferido e defendido por Donald Trump, então presidente dos EUA.

Apesar de o governo Bolsonaro assumir a defesa de um “nacionalismo”, é preciso entendermos que nacionalismo é este. Nota-se que, ao reproduzir a agenda de política externa de Trump e ao bater continência à bandeira estadunidense, o nacionalismo defendido pelo governo é um nacionalismo às avessas, que enaltece não o Brasil, mas os

³ Aqui, fazemos uma referência ao texto “Traídos pelo desejo”, de Letícia Pinheiro (2000), anteriormente retratado neste artigo.

EUA (BERRINGER et al, 2019). Inclusive, o discurso nacionalista defendido pelos governos de extrema direita pelo mundo, mesmo que critique o globalismo e o multilateralismo, na prática, cria uma identidade transnacional, um “nacionalismo transnacional”, pois, apesar de adotarem um discurso antiglobalismo e antimultilateralismo, não abandonam a criação de espaços transnacionais de produção política, econômica e cultural entre eles (NETTO et al, 2020).

O estreitamento das relações com o governo Trump ocorreu por interesses estratégicos e ideológicos. O governo Bolsonaro parece acreditar que ao mimetizar escolhas e ideologias de Trump, conseguiria retomar a credibilidade internacional do Brasil, enfraquecida desde o final do governo Dilma, e poderia contar com o apoio do governo estadunidense à sua candidatura à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (CASARÕES, 2020). Os EUA, por sua vez, têm interesses bastante pragmáticos na abertura que o Estado brasileiro os tem dado, tais como: apoio contra o governo ditatorial da Venezuela, parceria para colocar fim às negociações com o Irã, ajuda para não permitir que a China adentre ainda mais nos mercados da América Latina.

Além disso, mediante um acordo⁴, o governo Bolsonaro concedeu permissão para os EUA utilizarem a base de Alcântara, no Maranhão - antigo desejo estadunidense. Em troca, o Brasil receberia recursos para investir no desenvolvimento e no aperfeiçoamento do Programa Espacial Brasileiro - o que ainda não se concretizou. Apesar de Trump apoiar o ingresso do Brasil na OCDE, esse alinhamento com os EUA, não trouxe retorno prático para o Brasil; os EUA, inclusive, mantiveram suas constantes ameaças de retomada de tarifas sobre o aço e o alumínio brasileiros (SANCHES, 2019; NASCIMENTO, 2020).

O viés ideológico do alinhamento para com os EUA de Trump encontra-se, sobretudo, no eixo da defesa do cristianismo e do antiglobalismo/anti-esquerdismo. Por exemplo, quanto a este último, o governo Bolsonaro reconheceu o opositor Juan Guaidó como presidente da Venezuela, abandonou a postura histórica de condenar, o âmbito das Nações Unidas, o embargo econômico à Cuba e apresentou uma postura

⁴ Em 20 de novembro de 2019 foi promulgado o decreto legislativo que aprova o acordo entre Brasil e EUA para que este utilize a base de Alcântara, no Maranhão, para lançar foguetes e satélites (BRASIL, 2019).

intervencionista em relação à disputa eleitoral pela presidência da Argentina, criticando o candidato Alberto Fernández durante sua campanha, e, posteriormente, não comparecendo à sua posse (CASARÕES, 2020).

Inspirando-se em Trump, Bolsonaro sugeriu a mudança da embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém, o que tiraria o Brasil de sua posição equilibrada diante a questão Israel/Palestina e romperia o dogma da diplomacia brasileira de imparcialidade no Oriente Médio. Entretanto, a mudança não se concretizou, principalmente, porque o agronegócio sentiria consequências negativas, já que os Estados islâmicos, importantes importadores de produtos agrícolas do país, não aprovaram a alteração (CASARÕES, 2020).

Ao se aliar explicitamente e ideologicamente ao governo Trump, como EUA e a China estão em uma corrida pela hegemonia mundial, o Estado brasileiro estremeceu suas relações com o Estado chinês, maior parceiro comercial do Brasil e um de seus principais investidores. Durante o primeiro ano de governo Bolsonaro, o presidente deixou de lado seu discurso pré-eleitoral, de que a China queria comprar o Brasil, e pareceu prevalecer o pragmatismo nas relações com o Estado chinês, principalmente devido à pressão do agronegócio e aos esforços do vice-presidente, Hamilton Mourão, e da ministra da agricultura, Tereza Cristina (SARAIVA; SILVA, 2019), ainda que a ala ideológica do governo, sobretudo os antiglobalistas – isso inclui os filhos de Bolsonaro e o então Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo – tenham mantido seus posicionamentos contra a China (CASARÕES, 2020).

Entretanto, no segundo ano de governo, o mundo teve que lidar com o Covid-19, e o governo Bolsonaro, mais uma vez, aliou-se ao discurso de Trump e acusou a China pela pandemia do novo vírus através de um tweet do filho do presidente, Eduardo Bolsonaro. Em resposta, a embaixada da China no Brasil acusou Eduardo de mimetizar o governo Trump e de contrair “vírus mental” ao retornar dos EUA. Ernesto Araújo, por sua vez, defendeu a postura do filho do presidente, repudiando a resposta chinesa. O ministro, segundo artigo escrito por ele mesmo, intitula a Covid-19 como “comunavírus”, defendendo a ideia de que a pandemia faz parte de um plano comunista de dominação

mundial (ARAUJO, 2020). Além disso, assim como Trump, Bolsonaro adotou um discurso negacionista e contra a vacina.

A subordinação brasileira ao imperialismo e às ideias defendidas por Trump, ao invés de melhorar a credibilidade do Brasil, diminuiu seu poder de barganha no cenário internacional. O acordo Mercosul-UE, ainda não ratificado e de grande interesse do governo Bolsonaro, tornou-se um objeto de pressão dos líderes europeus ao governo brasileiro quanto à questão ambiental⁵. Diante da possibilidade de o Brasil retirar-se do Acordo de Paris e das queimadas na Amazônia, Macron, presidente da França, ameaçou a impossibilidade do acordo Mercosul-UE, posto que a França só pode assinar acordos com Estados que se comprometem com o meio ambiente (CASARÕES, 2020). Cabe ressaltar que, apesar de vantajoso ao agronegócio nacional, devido à isenção de mais de 90% de impostos sobre os produtos exportados pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai para a UE, o acordo não beneficia a indústria interna, principalmente pela possibilidade de empresas europeias participarem de licitações públicas no país, privilegiando, assim, o capital externo.

Ainda que a reaproximação do Brasil para com os EUA ocorra desde o governo Temer, o discurso do governo bolsonarista parece deixar a subordinação em relação aos EUA mais explícita, passiva e com teor muito mais ideológico do que pragmático, isto é, o alinhamento não é puramente estratégico, de natureza predominantemente instrumental, mas baseado, grande parte, nas concepções ideológicas anti-esquerdista e “pan-nacionalista” ocidental, centrada na família, em Deus e na Nação, que implica em uma nova aliança transnacional contra o chamado globalismo, propagada e liderada por Trump.

Apesar do forte caráter ideológico, pode-se observar que a política externa do governo Bolsonaro, reforçando medidas iniciadas desde o governo Temer, tem um forte viés econômico, priorizando os interesses da burguesia associada. Todavia, devemos nos

⁵ A não defesa do meio ambiente tem sido uma das principais discontinuidades do governo Bolsonaro, refletindo nas parcerias externas. A Alemanha e a Noruega, por exemplo, ao cortar verbas do Fundo Amazônia – mediante à alteração de regras no Fundo e ao negacionismo do governo brasileiro face às queimadas na Amazônia – tiveram respostas nada diplomáticas por parte do governo do Brasil (CASARÕES, 2020).

atentar que, apesar da “defesa do nacionalismo”, o segmento nacional do capital financeiro não é a hegemonia no bloco no poder, pelo contrário, ele é prejudicado por medidas adotadas pelo governo. Com todas as medidas de política externa relatadas, somadas às tentativas de privatizações de empresas públicas pelo capital estrangeiro e à abertura do mercado de obras públicas, o governo está beneficiando o setor associado ao capital internacional (BOITO JR, 2020). Como grande parte da burguesia interna, apesar de manter pressão política sobre o governo, aderiu ao governo Bolsonaro, as medidas adotadas pelo governo, acabam, de certa forma, também atendendo seus interesses, porém em segundo plano. Portanto, são o imperialismo e a burguesia brasileira, sobretudo sua parte associada ao capital externo, que detêm a hegemonia no bloco no poder (BOITO JR, 2018). Desta maneira, o presidente Bolsonaro estaria atuando como um representante do capital externo, elevando a dependência brasileira frente ao imperialismo, sobretudo, estadunidense.

Considerações Finais

No modelo capitalista neoliberal, a “novíssima dependência” faz com que os Estados dependentes, influenciados pelos imperialistas, atraíam investimentos externos sem garantia de retorno nacional, reproduzindo, assim, as relações econômicas de atraso e subordinação, perpetuando a dependência - que marca a maior parte da história da política externa brasileira. Apesar de ter experimentado um período de latente autonomia e revisionismo internacional nos governos Lula e Dilma, o Brasil do governo Bolsonaro encontra-se, novamente, patinando atrás de credibilidade internacional por meio de uma subordinação passiva, aquiescente e explícita aos EUA. O discurso e as decisões do governo Bolsonaro parecem levar à uma política externa ideológica-conservadora, marcada pelo americanismo, pelo fundamentalismo religioso e pelo “nacionalismo às avessas”. Como a maior parte das medidas de política externa do governo Bolsonaro beneficiam a burguesia associada, que tem seus interesses subordinados ao imperialismo e comporta-se como agente deste capital, o presidente Bolsonaro estaria atuando como um representante do capital externo, elevando a dependência brasileira frente ao imperialismo, sobretudo, estadunidense.

Referências

ARAÚJO, Ernesto. **Chegou o Comunavírus**. Metapolítica 17: contra o globalismo, 22 abr. 2020. Disponível em: <https://www.metapoliticabrasil.com/post/chevou-o-comunav%C3%ADrus>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BERRINGER, Tatiana. **Bloco no Poder e política externa nos governos FHC e Lula**. Campinas: Unicamp, 2015.

BERRINGER, Tatiana et al. Governo Bolsonaro e os EUA: O nacionalismo às avessas. **Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil - OPEB**, 21 jun. 2019. Disponível em: <http://opeb.org/2019/06/21/governo-bolsonaro-e-os-eua-o-nacionalismo-as-avessas/#ft>. Acesso em: 16 dez. 2020

BOITO JR, Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 47, p. 31-38, set. 2013.

BOITO JR., Armando. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. São Paulo: Editora da Unicamp e Editora Unesp, 2018.

BOITO JR, Armando. **Imperialismo e dependência**. A terra é redonda, 2 mar. 2020. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/imperialismo-e-dependencia/>. Acesso em: 13 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 64, de 20 de novembro de 2019**. Diário Oficial da União: Brasília/DF, 20 nov. 2019, seção 1, edição 224, p. 8. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-legislativo-228631970>. Acesso em: 26 fev. 2020.

CASARÕES, Guilherme. The First Year of the Bolsonaro’s Foreign Policy. In: MORI, Antonella (org.). Latin America and the New Global Order: Dangers and Opportunities in a Multipolar World. Milão: **Ledizioni LediPublishing**, março de 2020. p. 81-109. Disponível em: https://www.ispionline.it/sites/default/files/publicazioni/ispilatinamerica_2020_o.pdf. Acesso em: 30 ago. 2020.

FIORI, José Luís. A globalização e a novíssima dependência. In: **Em busca do dissenso perdido**: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995

HIRST, Monica. A política externa do segundo governo Vargas (1954-54). In: J. A. G. Albuquerque (coord.), **Sessenta anos de política externa brasileira, 1930-1990**. São Paulo: **Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais-USP/Cultura Editores Associados**, 1996, p. 211-230.

LIMA, Maria Regina Soares de. Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política exterior brasileña. **América Latina/Internacional**, v.1, n.2, p.27-46, 1994.

LIMA, Maria Regina Soares de. **A agência da política externa brasileira: uma análise preliminar**. In: Política externa brasileira em debate: dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008. Ipea, 2018, p. 40-53.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Burguesia interna e capitalismo dependente: uma reflexão a partir dos casos argentino e brasileiro. **Crítica Marxista**, n.47, p.55-73, 2018.

MOURA, Gerson. **Autonomia na Dependência**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

NASCIMENTO, Luciano. Estados Unidos reduzem cota de importação de aço do Brasil. **Agência Brasil**, Brasília, 30 ago. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-08/estados-unidos-reduzem-cota-de-importacao-de-aco-do-brasil>. Acesso em: 25 nov. 2020.

NETTO, Michel Nicolau et al. The struggle for the nation: the rise of the far right and the war on diversity in Brazil. In: Conservatism and Authoritarianism in Brazil: Histories, Politics, and Cultures, Columbia University, The Return of the Right in Brazil: Politics and Society - **Harvard University**. Fevereiro, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/42810145/The_struggle_for_the_nation_the_rise_of_the_far_right_and_the_war_on_diversity_in_Brazil. Acesso em: 06 set. 2020

PINHEIRO, Letícia. Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, jul/dez, p. 305-335, 2000.

POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e ditadura**. Porto: Portucalense Editora, 1972.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

POULANTZAS, Nicos. **Classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

REIS, Cristina Fróes de Borja; BERRINGER, Tatiana. **Inserção externa decadente e estrutura produtiva dependente**. 7º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), 2019.

RUSSELL, Roberto; TOKATLIAN, Juan. **Globalización y autonomía: una visión desde el cono sur**. Workshop El Estado del Debate Contemporáneo en Relaciones Internacionales. Universidad Torcuato Di Tella, Buenos Aires, 27-28 de jun. 2000.

SAES, Décio. Modelos políticos latino-americanos na nova fase de dependência. In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães; RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon (orgs.). **Políticas sociais e desenvolvimento: América Latina e Brasil**. São Paulo: Xamã, 2007.

SANCHES, Mariana. Anunciada por Trump, tarifa sobre aço brasileiro que nunca entrou em vigor é revogada. **BBC News Brasil**, Washington, 20 dez. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50875273>. Acesso em: 25 nov. 2020.

SARAIVA, Miriam Gomes; SILVA, Álvaro Vicente Costa. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais** [online]. 2019, n.64, p.117-137. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n64/n64a08.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2020.